

REAÇÕES INSTITUCIONAIS A INVESTIGAÇÕES DE COMBATE À CORRUPÇÃO

INSTITUTIONAL REACTIONS TO ANTI-CORRUPTION
INVESTIGATIONS REACCIONES

INSTITUCIONALES A LAS INVESTIGACIONES DE
COMBATE A LA CORRUPCIÓN

SUMÁRIO:

1. Introdução; 2. As origens da corrupção no Brasil; 3. Estudo de caso - Operação Lava Jato; 4. O flagelo da corrupção; 5. Conclusão; Referências.

RESUMO:

O texto aborda as reações institucionais ao combate à corrupção. De início, um breve histórico da corrupção no Brasil, identificando as causas remotas e diretas desse problema social, mormente em relação à questão da impunidade. Na sequência será feita a análise da Operação Lava Jato e dos acontecimentos políticos que a impactaram, com enfoque nas reações contrárias a investigação. Como ensina Basu, o combate irrestrito a corrupção gera isolamento. Assim, as investigações contra a corrupção se transformam numa dicotomia entre amigo e inimigo. O problema central é combater eficazmente a corrupção quando ausente a vontade política real de enfrentar o problema. A justificativa do tema emerge de sua relevância para compreender a tônica atual das relações de poder no país à luz da sociologia e da filosofia do direito. Para isso, será usado o método hipotético-dedutivo e o estudo de caso. Como referencial teórico serão usados textos de Basu, Carl Schmitt e Chantal Moufe. Conclui-se que, em geral, em muitas sociedades a corrupção é

Como citar este artigo:

MATTOS, Diogo,
AGOSTINHO,
Eduardo. Reações
institucionais a
investigações de
combate à corrupção.
Argumenta Journal
Law, Jacarezinho – PR,
Brasil, n. 40, 2023,
p. 173-201

Data da submissão:

02/03/2021

Data da aprovação:

23/06/2022

tolerada como norma social e longas investigações inicialmente bem-sucedidas contra corrupção político-institucional acabam em impunidade, isolamento e em fortes reações do sistema político contra novas apurações, inexistindo vontade política real de combater esse crime.

ABSTRACT:

This study intends institutional reactions in the fight against corruption. At first, a brief history of corruption in Brazil, identifying the remote and direct causes of this social problem, especially in relation to the issue of impunity. Next, the analysis of Operation Lava Jato and the political events that impacted it, focusing on reactions contrary to the investigation. As Basu teaches, the unrestricted fight against corruption creates isolation. Thus, investigations against corruption become a dichotomy between friend and enemy. The central problem is to fight corruption effectively when there is no real political will to face the problem. The justification of the theme emerges from its relevance to understand the current tonic of power relations in the country in the light of sociology and philosophy of law. For this, the hypothetical-deductive method and the case study will be used. As a theoretical framework, texts by Basu, Schmitt and Moufe will be used. It is concluded that, in general, in many societies corruption is tolerated as a social norm and long initially successful investigations against political-institutional corruption end in impunity, isolation and in strong reactions of the political system against new investigations, with no real political will to fight this crime.

RESUMEN:

El texto trata de las reacciones institucionales a la lucha contra la corrupción. Inicialmente, hará un breve histórico de la corrupción en Brasil, identificando las causas remotas y directas de este problema social, especialmente con relación al tema de la impunidad. A continuación, se realizará um análisis de la Operación Lava Jato y de los hechos políticos que la impactaron, enfocándose en reacciones contrarias a la investigación. Como enseña Basu, el combate irrestricto contra la corrupción crea el aislamiento. Así, las investigaciones contra la corrupción se convierten en una dicotomía entre amigo y enemigo. El problema central es luchar eficazmente contra la corrupción cuando falta la voluntad política real

para enfrentar el problema. La justificación del tema surge de su relevancia para comprender la tónica actual de las relaciones de poder en el país a la luz de la sociología y de la filosofía del derecho. Para ello se utilizará del método hipotético-deductivo y el estudio de caso. Como referencias teóricas se utilizarán textos de Basu, Carl Schmitt y Chantal Moufe. Se concluye que, en general, en muchas sociedades la corrupción es tolerada como norma social y las investigaciones prolongadas inicialmente exitosas contra la corrupción político-institucional terminan en impunidad, aislamiento y fuertes reacciones del sistema político frente a nuevas investigaciones, sin voluntad política real para luchar contra este crimen.

PALAVRAS-CHAVE:

Direito econômico; Desenvolvimento; Investigações de corrupção; Reações institucionais.

KEYWORDS:

Economic law; Development; Corruption investigations; Institutional reactions.

PALABRAS CLAVE:

Derecho económico; Desarrollo; Investigaciones de corrupción; Reacciones institucionales.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de texto que aborda as reações institucionais ao combate à corrupção sob uma perspectiva sociológica e filosófica.

Para isso, no início da abordagem, será feito um breve histórico da corrupção no Brasil, identificando as causas remotas e diretas desse crime e problema social.

De acordo com estudo de Luis Barroso (2018), a corrupção possui como causas remotas: 1) o patrimonialismo; 2) o oficialismo e; 3) a cultura de desigualdade. Já as causas diretas seriam 1) superdimensionamento do Estado; 2) o sistema político-partidário e; 3) a impunidade.

É em relação à impunidade que o estudo se debruçará ao analisar o Caso Lava Jato, sob uma perspectiva sociológica relacionada à tentativa

de quebras paradigmáticas e às estratégias utilizadas pelo sistema político para desconstrução da investigação e de seus principais atores. Como se pretende demonstrar, com o passar do tempo, o avanço de investigações de corrupção em relação a todos os partidos que compõe o sistema político gera um processo organizado de desconstrução do trabalho realizado.

Como ensina Basu, a corrupção é difícil de ser descoberta, pois é sempre praticada com a conivência dos aplicadores da lei e para entendê-la é necessário compreender que essas pessoas são humanos como qualquer outro. Nessa perspectiva, a corrupção é uma decisão racional, que se baseia nos proveitos e nos riscos. Entretanto, à medida que investigações contra corrupção atingem todos os atores envolvidos na política, há uma tendência a inversão dos papéis, transformando os criminosos em vítima e os investigadores em criminosos, que ficarão isolados e sofrerão fortes reações institucionais contra investigações criminais.

Nesse contexto, a questão que deveria ser jurídica se transforma em política, sendo que o combate à corrupção político-institucional passa a ser uma disputa entre amigo e inimigo. No primeiro momento, a existência de corrupção pode ser útil para o sistema debelar algum político indesejado identificado como inimigo, tratando o aparato estatal de responsabilização como “amigo”. Esse quadro acaba se invertendo com o passar do tempo, mormente quando apurações avançam para abranger todo o sistema político.

O problema central é como produzir uma forma de combater eficazmente a corrupção, sem interferências políticas.

A justificativa do tema emerge de sua relevância para compreender a tônica atual das relações de poder no país à luz da sociologia e da filosofia do direito. Para isso, será usado o método hipotético-dedutivo e o estudo de caso.

Como referencial teórico serão usados textos de Basu, Schmitt e Mouffe sobre corrupção e sistema político.

Conclui-se que, em geral, em muitas sociedades a corrupção é tolerada como norma social e longas investigações inicialmente bem-sucedidas contra corrupção político-institucional acabam em impunidade e em fortes reações do sistema político contra agentes da perseguição penal.

2. AS ORIGENS DA CORRUPÇÃO NO BRASIL

Em texto sobre a corrupção, o ministro do Supremo Tribunal Federal Luis Barroso (2018, p. 8) apresenta uma perspectiva otimista, afirmando que conquistas importantes foram feitas no Brasil nos últimos anos. Segundo ele, no início dos anos 80, as principais preocupações do cidadão seriam: 1) como derrotar a tortura; 2) acabar com a censura; e 3) como construir instituições democráticas em um país marcado por golpes. Na sequência, o magistrado lembra que ao longo dos anos 90 outros acontecimentos relevantes marcaram o país: 1) estabilidade institucional; 2) estabilidade monetária; 3) inclusão social.

Todas essas conquistas foram alcançadas. Nessa perspectiva, por que não acreditar em um combate efetivo da corrupção no Brasil?

Conforme o mesmo autor (Barroso, 2018, p. 9), para compreender a corrupção no Brasil, é preciso analisar o contexto histórico. De início, há origens remotas para a prática do suborno na Administração Pública decorre de três disfunções da colonização brasileira: 1) o patrimonialismo; 2) o oficialismo e; 3) a cultura de desigualdade.

Em relação ao patrimonialismo, “remete à nossa tradição ibérica, ao modo como se estabeleciam as relações políticas, econômicas e sociais entre Imperador e a sociedade portuguesa, em geral, e a com os colonizadores do Brasil, em particular” (Barroso, 2018, p. 9).

Naquela época da coroa, já existia uma forte confusão entre o público e o privado pois: “não havia uma separação clara entre a Fazenda do Rei e do reino, entre os bens particulares e os bens do Estado (Barroso, 2018, p.9).”

A ideia é corroborada por Raymundo Faoro, (2001, p. 819-838) que explica que desde D. João até Getúlio Vargas havia uma estrutura político-social chamada de patrimonialismo:

a prática consistente em a sociedade política tratar dos negócios públicos como se fossem privados. A sociedade se acostuma com a exploração, mormente em razão do tradicionalismo. No Brasil, o patrimonialismo resistiu ao capitalismo e a complexa burocracia estatal converteu em patrimonialismo estatal. Assim o Estado é uma forma de domínio da classe dominante. Nesse contexto, muitos líderes usam do estado de bem estar social para ganhar apoio das massas, utilizando uma prática de pão e circo.

O sistema de oligarquias de dominação política instalado no Brasil foi também criticado por José Murilo de Carvalho (1997), que trata do chamado “coronelismo” como um sistema de compromissos recíprocos que se fortaleceu com o federalismo, em que os governadores eram apoiados pelas oligarquias locais, formada pelos coronéis. O mesmo autor lembra da cultura no Brasil do “clientelismo”, que envolve a concessão de benefícios públicos e troca de apoio político. Segundo o autor, esses conceitos são relacionados, mas não são sinônimos.

Ainda, conforme a lição de Barroso (2018), outra disfunção que gera a corrupção seria o oficialismo. Por intermédio dele, as pessoas se acostumaram no Brasil com a ideia de um Estado onipresente, que tem obrigação de custear desde os investimentos privados com empréstimo do BNDES até as fantasias do carnaval carioca (Barroso, 2018, p. 10). Esse fenômeno, gera um Estado muito grande, o que facilita a criação de dificuldades para a venda de facilidades.

Por último, como fator de facilitação da corrupção, há a cultura da desigualdade social, que advém desde tempos remotos, em que é aceito como normal o enorme abismo entre as elites e a classe baixa. Dessa forma, algumas práticas de desigualdade acabam sendo institucionalizadas, como foro privilegiado, prisão especial, juro subsidiado entre outras situações cotidianas. Nessa perspectiva, no Brasil há o costume de considerar normal que o sistema penal seja seletivo, responsabilizando apenas as pessoas localizadas na base da pirâmide social. Assim, todo esse quadro de causas remotas forneceu um terreno fértil para florescer uma tolerância a uma cultura de corrupção como norma social (Basu, 2018, p. 140). Isso acontece no Brasil e em muitas sociedades contemporâneas.

Além de causas remotas, Barroso (2018, p. 11) menciona as causas atuais mais diretas da corrupção:

- 1) superdimensionamento do Estado, decorrente do oficialismo, que gera uma relação promíscua entre a nomeação de agentes públicos, com ineficiência, politização de cargos técnicos e corrupção;

- 2) sistema político problemático, com forte crise de representatividade entre os eleitos e os eleitores. Isso decorre principalmente da cultura de desigualdade existente, que aceita distorções próprias do sistema proporcional para cargos eletivos em que partidos fisiológicos forma coligações partidárias que elegem candidatos com pouca representatividade demo-

crática;

3) impunidade: que é a causa imediata mais relevante da corrupção. Conforme Barroso (2018, p. 12) “a elite dominante brasileira, na política, na economia e nos estamentos burocráticos, construiu um sistema penal e processual penal voltado a assegurar-lhe imunidade. O aparato inclui tratar com relativa desimportância a criminalidade do colarinho branco.”

Sobre esse ponto, é importante registrar algumas movimentações ocorridas no Brasil nos últimos, mormente em relação à tentativa do Mensalão e da Operação Lava Jato de obter a responsabilização de pessoas do mais alto degrau do status econômico da sociedade, que será objeto do próximo tópico.

3. ESTUDO DE CASO- OPERAÇÃO LAVA JATO

A Operação Lava Jato teve início com uma investigação que tinha foco nas estruturas paralelas do mercado de câmbio. Logo, apurou-se a conduta do doleiro Carlos Habib Chater e pessoas físicas e jurídicas a ele vinculadas, que estariam ligadas a um esquema de lavagem de dinheiro envolvendo o ex-deputado federal José Mohamed Janene e as empresas CSA Project Finance Ltda. e Dunel Indústria e Comércio Ltda., esta última sediada em Londrina/PR.

No momento em que foi deflagrada, a Operação Lava Jato tinha por principal objetivo investigar a ação de doleiros – operadores do mercado paralelo de câmbio. Isso fez a investigação ser dividida em quatro subnúcleos: Alberto Youssef, Nelma Kodama, Raul Srouf e Carlos Habib Chater. Paralelamente, a partir da relação do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa com Alberto Youssef, iniciou-se uma investigação que elucidou um gigantesco e bilionário esquema de corrupção na maior estatal brasileira.

Após a colaboração premiada de Paulo Roberto Costa, começou-se a investigar também um esquema de financiamento e enriquecimento pessoal milionário paralelo, de correligionários e parlamentares de partidos políticos que integravam a base de sustentação do Governo Federal então governado pelo Partido dos Trabalhadores. Ainda, restou demonstrada a prática de loteamento de cargos públicos em troca de apoio parlamentar no Congresso, aflorando a face obscura do presidencialismo de coalização.

Após Paulo Roberto Costa firmar seu acordo com o Ministério Público Federal, teve início o chamado efeito dominó da colaboração premiada, sendo que outras pessoas potencialmente atingidas pela delação de Costa começaram a buscar o caminho do acordo. O resultado, foi a expansão da investigação para centenas de acordos de colaboração premiada e mais de uma dezena de acordos de leniência com pessoas jurídicas, que revelaram esquemas de corrupção em grandes empreiteiras com contratos bilionários em centenas de áreas do Governo Federal e dos governos Regionais.

Contudo, como a seguir será tratado, uma confluência de fatores mudou drasticamente a trajetória de avanço das investigações.

De início, deve-se focar na situação política da primeira fase da investigação, que tinha alvo principal o esquema de desvio da Petrobras e o Governo do Partido dos Trabalhadores.

Em 2014, no Brasil, iniciava-se uma grave crise econômica, que foi aprofundada nos anos seguintes. Isso gerava uma grande insatisfação popular manifestada pouco tempo antes, em 2013, quando milhões de pessoas foram às ruas pedir reformas. Em paralelo a isto, partidos de oposição encabeçados pela PSDB se uniam no esforço de remover o Governo do Partido dos Trabalhadores da Presidência da República, a fim de impedir a reeleição da então presidente Dilma Roussef.

Nesse contexto, a investigação da Operação Lava Jato começou a tomar fôlego e passou a angariar diversos apoiadores de peso político, que enxergaram na operação uma forma de fazer alcançar seus interesses políticos. De um lado, as investigações contavam com alto apoio popular, representado principalmente na figura do juiz federal do caso, Sergio Moro. Ao mesmo tempo, o fato de a investigação inicialmente elucidar a corrupção do Partido dos Trabalhadores agradava a oposição do Governo Federal que, na época, era comandada pelo PSDB. Com o passar do tempo, as apurações passariam a contar também com a simpatia do PMDB que, embora já tivesse o seu nome citado desde o início das investigações, passou a enxergar a Lava Jato como uma forma de içar o vice-presidente Michel Temer à presidência da República por intermédio do impeachment da presidente Dilma Roussef, recém-eleita no final de 2014 para um segundo mandato.

Esse apoio de atores políticos importantes se refletiu nos tribunais

superiores. Em entrevista publicada no jornal o Estado de São Paulo em 19/9/2016, o procurador da República Deltan Dallagnol, então coordenador da investigação, mencionou que: “das 453 decisões em Habeas Corpus levados a 3 tribunais superiores e independentes, mais de 95% confirmaram os trabalhos dos investigadores e as decisões do Juiz Sergio Moro.”

O crescimento da Lava Jato também influenciou entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal em relação à execução provisória da condenação criminal. Em julgamento do plenário no HC nº 126292/SP de 17 de fevereiro de 2016, passou-se a admitir como constitucional a execução da pena a partir da condenação em segundo grau de jurisdição. Até então, a execução penal em crimes de colarinho branco, era uma miragem distante. Esse problema foi criticado na época pelo min. Gilmar Mendes, que em entrevista ao CONJUR em julho de 2015, afirmou:

Cada vez mais se afigura difícil chegar ao trânsito em julgado, e até que essa jurisprudência estimulou bastante os expedientes para dificultar o trânsito em julgado, com reiterados embargos de declaração, por exemplo, com reiterados recursos de nítido caráter protelatório, quando já se sabe que não vai mudar a jurisprudência, a decisão que já foi fixada.

Ainda, na mesma época, o Ministro Gilmar Mendes¹ lembrou ainda que, no direito comparado, a regra é a prisão após a sentença de primeiro grau de jurisdição, como ocorre nos Estados Unidos, ou após o julgamento do recurso em 2º grau de jurisdição:

Criamos uma jurisprudência que estabelece um fosso com a experiência hoje dominante no direito comparado. Se olharmos o direito americano, até de forma mais radical, depois da sentença já é o réu recolhido à prisão. Também no modelo europeu, com variações, consagra-se a ideia da decisão de segundo grau como o bastante, até os tratados internacionais, de modo que, tocado um pouco por essa reflexão comparativa, e também por um juízo de consequências, me parece que nós deveríamos fazer uma reanálise dessa jurisprudência última.

O relator, Teori Zavascki, abriu o voto vencedor para permitir a execução da pena após o recurso em segundo grau de jurisdição. Os ministros Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Luiz Fux, Dias Toffoli, Cármen Lúcia e Gilmar Mendes acompanharam o relator. A ministra Rosa Weber

abriu a divergência, sendo acompanhada no voto pelos Ministros Marco Aurélio Melo, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

Com um ambiente favorável, a Operação Lava Jato avançou elucidando a corrupção generalizada na Petrobras. As investigações progrediram até o ex-presidente Lula, denunciado pelo recebimento de vantagem indevida em troca de vantagens a empreiteiras na Petrobras. Ao mesmo tempo, ainda que, indiretamente, as revelações impactaram a popularidade da presidente Dilma Rousseff, que, desgastada pela dimensão das denúncias de corrupção envolvendo o seu partido político, acabou afastada do cargo sofrendo um processo de impeachment por crime de responsabilidade relacionado a irregularidades orçamentárias fiscais.

Assim, entre 2014-2017 a Lava Jato atingiu em cheio o sistema político. Além de condenar e levar a prisão o ex-presidente Lula, nos primeiros anos (2014-2017), a investigação atingiu diversos outros políticos de vários partidos diferentes: 1) os ex-presidentes da Câmara dos Deputados, Eduardo Alves e Eduardo Cunha (MDB) foram condenados e presos por corrupção passiva; 2) o ex-ministro chefe da Casa Civil, Jose Dirceu, foi condenado e preso por corrupção passiva; 3) o ex-senador Delcídio do Amaral (MDB) foi preso no exercício do cargo por obstar instigações; 4) o ex-deputado federal Luiz Argolô (SDD-BA) foi condenado e preso por corrupção passiva; 5) o ex-deputado federal Pedro Correa (PP) foi condenado e preso por corrupção passiva; 6) o ex-governador do Rio de Janeiro, Sergio Cabral (MDB), foi condenado e preso por corrupção passiva; 7) o ex-senador e ex-candidato à presidência da República, Aécio Neves (PSDB) chegou a ser afastado do cargo e foi denunciado por corrupção passiva.

Além disso, diversas outras investigações foram iniciadas contra inúmeros políticos. Conforme registra Mattos (2018), até 28 de agosto de 2017², a Operação Lava Jato registrava no STF os seguintes casos, com denúncia já recebida e instrução iniciada:

1. Ação Penal n. 996 (Nelson Meurer);
2. Ação Penal n. 1002 (Aníbal Gomes);
3. Ação Penal n. 1003 (Gleisi Hoffmann).

Outros réus já contavam com denúncia recebida, mas com instrução não iniciada:

1. Inquérito n. 3990 (Vander Loubet);
2. Inquérito n. 3982 (Valdir Raupp);
3. Inquérito n. 4112 (Fernando Collor).

Já com análise de recebimento da denúncia iniciado, mas suspenso, encontrava-se o Inquérito n. 3998 (Dudu da Fonte). Outros casos contavam com denúncia, respostas escritas e impugnação já oferecidas, aguardando decisão de recebimento do STF:

1. Inquérito n. 3994 (envolvendo Arthur Lyra e Benedito Lyra);
2. Inquéritos n. 3980, 3992, 3999 e 4000 (João Pizzolatti/Mario Negromonte e outros);
3. Inquérito n. 4005 (Fernando Bezerra);
4. Inquérito n. 4074 (Ciro Nogueira);
5. Inquérito n. 4118 (Dudu da Fonte);
6. Inquérito n. 4216 (Renan Calheiros e Aníbal Gomes);
7. Inquérito n. 4259 (José Guimarães).

Por fim, há os casos com denúncia oferecida, mas sem respostas escritas ainda:

1. Inquérito n. 3991 (José Otávio Germano/Luiz Fernando Ramos Farias);
2. Inquérito n. 3995 (José Mentor).

Desde o seu início, as críticas à Operação Lava Jato eram encabeçadas por advogados de réus denunciados e por políticos de partidos esquerda e costumavam ser as mesmas. Basicamente, falava-se que a investigação era partidária; que os investigadores tinham finalidade de promoção pessoal; que a investigação abusava da prisão preventiva para obter acordos de colaboração premiada e; que utilizava de vazamentos para fins políticos³.

Mesmo diante de críticas, entre 2014 e 2017 as investigações prosseguiram em ritmo acelerado, superando os obstáculos institucionais tradicionais que, na sua totalidade, eram criados pelo Governo do Partido dos Trabalhadores, então no poder. Dentre essas dificuldades, destaque-se a forte pressão do Governo nos tribunais superiores para libertação do empreiteiro Marcelo Odebrecht, preso preventiva em junho de 2015.

Na sessão do STJ do dia 3 de dezembro de 2015, após o voto do relator Ribeiro Dantas pela soltura da Odebrecht, o Ministro Jorge Mussi pediu vista. Jorge Mussi apresentou o voto-vista na sessão do dia 12 de fevereiro de 2016 e assinalou “no que diz respeito à necessidade da prisão preventiva do paciente para a garantia da ordem pública, os fundamentos declinados pelas instâncias de origem são embasados em fatos concretos e suficientes à manutenção da medida”. O voto de Mussi foi acompanhado pelos demais integrantes da Quinta Turma, que mantiveram a prisão da Odebrecht.

Assim, durante o ano de 2016, com a manutenção da prisão de Odebrecht, associado ao quadro de grave crise financeira que passava a empreiteira, que sofria com a negativa de crédito em instituições financeiras e com uma investigação do DOJ norte-americano, o único caminho possível a salvação da Odebrecht foi o acordo de leniência. Nele, a partir do relato de 70 executivos, a empresa revelou toda sua contabilidade da propina, abrindo a caixa-preta do chamado Setor de Operações Estruturadas, que envolveria o pagamento de propinas para 415 políticos de 26 partidos diferentes.

Dessa forma, diante das notícias de assinatura do referido acordo, no final de 2016, a investigação começou a causar preocupação generalizada no meio político. Diante do envolvimento de político de praticamente todos os partidos no esquema de corrupção, o apoio inicial de diversos atores políticos importantes foi se perdendo cada vez mais. As primeiras reações vieram no Congresso Nacional. Ao mesmo tempo que o pacote das Medidas Contra Corrupção foi depenado em novembro de 2016, foram apresentadas propostas legislativas para tornar mais complexas investigações criminais.

Nessa linha, destaquem-se as iniciativas legislativas citadas por Matos (2018):

1) Projeto de Lei nº 4.872/2016⁴, de autoria do deputado Wadih Damous (PT-RJ), que supostamente visa a compatibilizar a delação premiada com garantias constitucionais porque, segundo o criador do projeto, os procedimentos da Lava Jato ferem direitos e garantias individuais. Na realidade, o projeto pretende impedir colaboração premiada de réus presos sob o argumento de que a prisão tira a voluntariedade dos acordos de colaboração premiada;

2) Projeto de Lei nº 2.755/2015,⁵ de autoria do deputado federal Heráclito Fortes (PSB-PI), que impede os colaboradores de prestarem esclarecimentos complementares. Ou seja, por essa lei, o colaborador fica impedido de acrescentar informações ou corrigir versões. O projeto foi apresentado por um dos então apoiadores de Eduardo Cunha, tendo por objetivo coibir justamente o que aconteceu com o ex-presidente da Câmara dos Deputados, que foi mencionado pelo colaborador Julio Camargo em um depoimento complementar;

3. Medida Provisória nº 703/2015 aprovada no final de 2015 e que no apagar das luzes do ano retirou o cartel do âmbito de incidência da Lei Anticorrupção, retirou a exigência de admissão da prática do ilícito, previu que o acordo firmado com advocacia pública impede a ação do Ministério Público e dificulta o compartilhamento de informações;

4. Lei nº 13.254/2016 de autoria do ex-senador Delcídio do Amaral (lei da repatriação de ativos não declarados no exterior) que legalizou a propriedade de recursos espúrios mantidos secretamente no exterior, projeto semelhante foi aprovado na Itália na década de 1990. Conforme assinala Douglas Fischer⁶ (2016), oficializou-se a permissão da prática de lavagem de dinheiro. Trata-se de uma ideia antiga (PL 5228/2005) que vem desde a descoberta do esquema Banestado, quando dois doleiros foram interceptados discutindo um projeto de lei para garantir a lavagem dos valores enviados para o exterior;

5) Projeto de Lei nº 4.577/2016, de autoria de Wadih Damous (PT-RJ), propõe que os recursos, extraordinário e especial, suspendam a eficácia de decisão condenatória e impeçam a execução provisória da pena. O projeto de lei vem como resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC nº 126292 quando, em sessão plenária do dia 17 de fevereiro de 2016, foi decidida pela constitucionalidade da execução da pena criminal após a decisão colegiada;

6) Projeto de Lei nº 233/2015, de autoria do senador Blairo Maggi, limita os poderes do Ministério Público no inquérito civil, indicando a necessidade de encerramento em doze meses, prorrogáveis com autorização judicial, independentemente da complexidade da investigação;

7) Projeto de Lei nº 280/2016, que altera a lei de abuso de autoridade, de autoria do senador Renan Calheiros, o qual previa que ficaria sujeito a responder criminalmente o magistrado que decretasse prisão sem as for-

malidades legais, justa causa. O que é “manifestamente ilegal” é objeto de interpretação subjetiva, sendo que pessoas razoáveis podem discordar sobre interpretação de fatos, provas e normas jurídicas.

Apesar da intensificação dos ataques, a Operação Lava Jato continuava com forte apoio popular no início de 2017, que se refletia nos tribunais superiores.

Como exemplo, em 7 de março de 2016, a Segunda Turma do STF recebeu por unanimidade a denúncia em face do senador Valdir Raupp (INQ 3982) aceitando a tese de que a doação eleitoral oficial pode ser utilizada como estratégia para recebimento de propina, caracterizando corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Contudo, o grande divisor de águas da investigação foi a data de 18 de maio de 2017, quando veio a público o acordo de Joesley Batista. Nele, entre outros, estavam implicados o então presidente da República Michel Temer/PMDB, que teve o seu assessor pessoal filmado recebendo uma mala de dinheiro; o então senador e ex-líder da oposição durante o Governo Dilma Rousseff, Aécio Neves (PSBD), que apareceu numa gravação solicitando R\$ 2 milhões ao empresário Ricardo Saud da JBS. Além disso, o acordo implicava 1829 políticos de 28 partidos diferente, além do então presidente da República, ex-presidentes e dezenas de Deputados, Senadores e Governadores⁷.

Como reflexo imediato do acordo, em 26 de junho de 2017, pela primeira vez no país o então Presidente Michel Temer foi denunciado durante o exercício do cargo pela prática de corrupção⁸, por fazer parte de uma organização criminosa e por obstrução da justiça⁹, juntamente com o executivo Ricardo Saud, da JBS, e com os políticos Eliseu Padilha, Moreira Franco, Geddel, Henrique Alves, Eduardo Cunha, Rocha Loures do PMDB.

Foi o momento de maior reviravolta do apoio às investigações. De um lado, políticos de partidos do PMDB e PSDB importantes passaram de apoiadores a inimigos declarados das investigações. Em paralelo, diante da influência negativa na economia de uma nova crise política gerada pelas denúncias de corrupção, boa parte da classe empresarial passou a criticar as apurações, pleiteando estabilidade política para recuperar a economia. A perda de apoio se refletiu em importantes veículos de comunicação patrocinados pelo empresariado paulista. A título de exemplo,

o Jornal Estado de São Paulo, que até então tinha uma posição editorial favorável, passou a fazer críticas diárias aos métodos da investigação, acusando o então procurador-geral de buscar promoção pessoal.

Assim, a partir de maio de 2017, iniciou-se uma campanha ostensiva do sistema político contra a Operação Lava Jato. Essa atuação se deu em várias frentes, que envolveu o no Poder Executivo Federal, o Poder Judiciário e Ministério Público e os órgãos de controle correccional.

Em primeiro lugar, em junho de 2017, o Poder Executivo Federal, então chefiado pelo presidente denunciado Michel Temer, escolheu para o cargo de Procurador-Geral da República a subprocuradora Raquel Dodge, que havia ficado em segundo lugar na lista tríplice enviada pela instituição, em detrimento do subprocurador Nicolao Dino, primeiro colocado. Assim agindo, Temer quebrou a tradição que vinha ocorrendo desde 2003 para escolha do Procurador-Geral da República, período em que o mais votado pela instituição foi sempre escolhido¹⁰.

De acordo com alguns críticos, a gestão de Dodge na PGR ficou marcada pelo início de colocação de entraves ao trabalho da investigação, mormente em relação a processos de pessoas com prerrogativa de foro no STF. A mudança de ritmo nas apurações em relação ao antecessor Rodrigo Janot chegou a ser questionada pelo relator da Lava Jato no STF, Edson Fachin, que listou 14 casos que aguardavam a mais de um ano a manifestação do PGR no STF¹¹:

A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, “segurou” casos da Lava-Jato por um ano ou até mais. A desaceleração nos ritmos de trabalho da investigação levou o ministro Edson Fachin, relator da operação no Supremo Tribunal Federal, a questionar, no mês passado, a chefe do Ministério Público Federal sobre o andamento das apurações, conforme documento obtido pelo jornal O Estado de S. Paulo. (...) Fachin listou 14 casos que estavam, na época, aguardando um posicionamento da Procuradoria, de dezembro de 2017 até hoje - uma soma que chega a 21 meses. Um dos mais emblemáticos é um inquérito que investiga o ex-presidente do Senado Eunício Oliveira (MDB-CE)

Na sequência, o mesmo presidente Temer indicou em novembro de 2017 para o comando da Polícia Federal o delegado Fernando Segovia, que, internamente, não tinha nenhum respaldo ou credibilidade de seus

pares que lhe permitisse ser alçado ao cargo mais alto da instituição. No seu discurso de posse, Segovia afirmou que “uma mala não prova nada¹²”, referindo à mala dos R\$ 500mil pagos como propina a Rodrigo Rocha Loures no escândalo da JBS.

Em dezembro de 2017, o ex-procurador geral da República Rodrigo Janot alertava sobre a mudança de postura em relação às investigações por parte de Dodge e Janot: “O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot e outras duas autoridades graduadas disseram que os novos encarregados pela PGR e pela Polícia Federal estão restringindo as investigações da operação Lava Jato¹³.”

Conforme Janot:

Segóvia veio para cumprir uma missão: de desviar o foco dessa investigação. Ao que me parece, pelas declarações que deu, ele tem a missão de desacreditar as investigações ou as investigações que envolvem essas altas autoridades da República brasileira. E nas investigações ele pode ter o efeito de atrapalhar sim ¹⁴.

De fato, Segovia adotou uma postura crítica a determinadas investigações em face contra o então presidente, chegando a afirmar em fevereiro de 2018 que a corporação recomendaria o arquivamento de uma investigação rumorosa contra Temer envolvendo propinas de empresas que operam no Porto de Santos. A fala gera reação dos próprios delegados¹⁵ e o ministro-relator da investigação no STF, Luis Barroso, que determinou explicações sobre a possível interferência de Segovia nos delegados da apuração¹⁶.

Após as investidas do Poder Executivo, iniciou-se uma forte pressão no Supremo Tribunal Federal para mudança de posições favoráveis à Lava Jato.

Nesse clima, com fortes pressões internas da Corte para mudança de posicionamento, o plenário do STF voltou a apreciar a possibilidade de prisão em segunda instância no julgamento no HC nº 152752 (HC de Lula) em 5/4/2018. Um detalhe: seria a quarta análise do colegiado em menos de dois anos. Mesmo diante das pressões, que envolveram a mudança de posicionamento de dois ministros a respeito do tema (antes eram favoráveis e passaram a ser contrários à prisão em segunda instância), o STF ratificou a possibilidade de prisão em segunda instância, o que

resultou na prisão do ex-presidente em 7/4/2018, o que deu sobrevida às investigações.

Aliado a isto, no final de 2018, no mundo da velha política, também havia uma certa preocupação com a possibilidade de eleição do então deputado federal Jair Bolsonaro, que se dizia entusiasta da Operação Lava Jato. Durante a campanha, ele afirmou que, se eleito, chamaria o juiz federal Sergio Moro para o cargo de Ministro da Justiça e para o STF. Após a eleição, de fato, o juiz federal foi indicado para o cargo de Ministro da Justiça e havia uma expectativa da sua indicação para o STF.

Para aceitar a nomeação ao cargo de ministro, o ex-juiz Moro afirmava ter se inspirado no magistrado italiano Giovanni Falcone, famoso pela forte atuação contra mafiosos nos anos 80. No início dos anos 90, Falcone abandonou a toga para assumir um cargo no Ministério da Justiça italiano e costumava dizer que a “guerra contra máfia se luta em Palermo mas se vence em Roma” (Stille, 1996). Na época que deixou a magistratura, Giovanni Falcone “já não dispunha dos meios necessários para as suas investigações e a divisão dos instrutores havia paralisado a força-tarefa antimáfia” (Padovani, 2012, p. 23) pois:

o clima na capital Palermo mudara: acabara a euforia dos anos 1984-1987, findo o período de surgimento dos arrependidos, distante do tempo do pool antimáfia, dos processos magnificamente instruídos contra a Cúpula. Nessa cidade, impenetrável e misteriosa, onde o bem e o mal se expressa de maneira igualmente excessiva, respirava-se uma sensação de cansaço, um desejo de retorno à normalidade.” (Padovani, 2012, p. 23)

Assim, mesmo diante da onda crescente de ataques à Lava Jato, por parte da classe política e da imprensa, havia uma expectativa de que a eleição de Bolsonaro e a indicação de Moro para o Ministério da Justiça fosse uma vitória da Operação Lava Jato. Desse modo, a causa contra a corrupção passaria a ter apoiadores em cargos de destaque em Brasília.

Não foi o que aconteceu.

No primeiro ano do mandato de Jair Bolsonaro as reações institucionais se intensificaram.

Logo no início do ano, em fevereiro de 2019, a procuradora-geral da República ingressou com uma ADPF contra a própria Lava Jato, questionando um acordo com os promotores americanos que permitiria o repa-

triamento de USD 2,5 bilhões em multas aplicadas à Petrobras pelo DOJ nos Estados Unidos. A demanda teve pedido liminar deferido pelo Ministro Alexandre de Moraes.

Já em março de 2019, o protagonismo ficou com o STF, que passou a ser comandado pelo Min. Dias Toffoli. Em polêmica decisão, a Corte Suprema retirou da Justiça Federal os casos da delação da Odebrecht em que havia suposta alegação de solicitação de propina para o chamado caixa 2 de campanha política, remetendo-os para a Justiça Eleitoral. Antes disso, diversas decisões da Segunda Turma determinaram a retirada de investigações da Justiça Federal de Curitiba, sob argumento de falta de conexão, como ocorreu, por exemplo no caso Guido Mantega¹⁷.

Diante das diversas decisões contrárias à investigação, cresceram as críticas ao STF. Assim, em março de 2019, o STF decidiu adotar um expediente bastante heterodoxo para reduzir as críticas à sua atuação: instauração um polêmico inquérito policial para investigar supostas fake news contra ministros da Corte Suprema, mas que, possivelmente, tinha por escopo real investigar eventuais críticos à atuação da Corte Suprema. A partir de decisão nesse inquérito chegou-se a censurar uma reportagem da Revista *Crusoé*¹⁸.

Em paralelo e tudo isso, cresceram os ataques aos investigadores por grande parte da imprensa. Em junho de 2019, um blog de esquerda começou a publicar mensagens subtraídas criminosamente por um hacker do celular do procurador Deltan Dallagnol, então coordenador das investigações no MPF. Conforme a narrativa do blog, Deltan e Sergio Moro trocavam mensagens comprometedoras. A autenticidade das mensagens nunca foi comprovada, mas até o final de 2020 pendia um pedido da defesa de Lula para anular a condenação do ex-presidente com base nas supostas provas obtidas por meio criminoso¹⁹.

Em julho de 2019, durante o plantão judiciário, o STF deferiu uma liminar em favor do senador Flavio Bolsonaro, então investigado pelos crimes de lavagem de dinheiro, peculato e organização criminosa. Sob argumento de possível invalidade de provas provenientes do COAF, suspendeu-se o processo de Bolsonaro e todos os processos do país que utilizaram algum compartilhamento de dados sigilosos sem autorização judicial.

A decisão provocou danos as investigações sobre corrupção no país

inteiro. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o Gafi (Grupo de Ação Financeira), que é o principal órgão de combate à lavagem de dinheiro do mundo manifestaram perplexidade. Cogitou-se a inclusão do Brasil no rol de paraísos fiscais. O presidente da OCDE chegou a afirmar que a decisão²⁰: ‘torna combate à lavagem impossível’.

Em 7 de novembro de 2019, o STF mudou de posicionamento e passou a vetar prisões em segundo grau de jurisdição, o que permitiu a soltura do ex-presidente Lula, que cumpria pena por corrupção passiva. Foi quinta análise pelo plenário da Corte Suprema em cinco anos.

Após o Poder Judiciário, os ataques voltaram a se intensificar no Congresso Nacional como a aprovação da lei de abuso de autoridade em 5 de setembro de 2019, que utilizou de termo imprecisos para capitulação de possíveis violações criminais de juízes, promotores e delegados, como por exemplo no art. 30 do referido diploma legislativo em que consta como crime a conduta de “dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente”. Não há consenso do que vem a ser uma falta de justa causa fundamentada.

Não suficiente, a exemplo do que já havia ocorrido com a Dez Medidas Contra a Corrupção, o Congresso Nacional também desfigurou completamente o Pacote Anticrime apresentado pelo então ministro Sérgio Moro. Para isso, aproveitou-se a iniciativa para incluir disposições legais na lei nº 13.964/2019 que dificultaram a prisão preventiva, ao prever a necessidade de reavaliação da cautela preventiva a cada 180 dias e a colaboração premiada, incluindo previsões que limitam os temas de depoimento de réus colaboradores.

Na época de Giovanni Falcone, na Itália, o parlamento italiano aprovou alteração legislativa semelhante como reação às investigações entre o mundo político e a máfia, ao prever no Código Processual italiano limitação de 180 dias para prisão preventiva:

A legislação italiana ainda não está adequada à gravidade e à dimensão do problema, especialmente no que se refere a investigações patrimoniais e bancárias. E o Novo Código de Processo Penal de certo não melhorará a situação, com seus limites temporais-seis meses, com limitadas possibilidades de prorrogação [para a prisão preventiva] - e a imposição de

que os suspeitos sejam informados de que estão sob investigação”. (Falcone, 2012, p. 156)

Já o presidente Jair Bolsonaro, que se elegeu com discurso de combater a corrupção, também tomou diversas decisões que dificultaram o combate à corrupção. Além da inércia para movimentar a base do governo a apoiar qualquer projeto de lei no Congresso em favor do tema, Bolsonaro aceitou a retirada do COAF do Ministério da Justiça e decidiu escolher para o cargo de Procurador-Geral da República Augusto Aras, que manifestou publicamente críticas a força-tarefa do MPF, a quem acusava de ser uma “caixa de segredos²¹”.

Por fim, houve mobilização no Conselho Nacional do Ministério Público, órgão de controle da instituição, para que passassem a promover a punição de procuradores da Lava Jato. Isso de fato ocorreu com o então coordenador da Lava Jato em Curitiba, Deltan Dallagnol, que sofreu uma censura por ter feito uma publicação na internet contrária à eleição do senador Renan Calheiros, investigado em diversos inquéritos por corrupção, para presidência do Senado²².

Na época das investigações contra máfia, os procuradores também sofriam com alegações de ilegalidades: “em suma, se consegui algum resultado na luta contra a máfia, segundo aquela carta, era porque eu tinha pisoteado o Código e cometido graves delitos” dizia Falcone (2012, p. 82).

Desse modo, verifica-se que a Operação Lava Jato passou por um forte processo de desconstrução em diversas frentes. Os bons resultados alcançados entre 2014-2017 deixaram de se repetir após metade de 2017, mormente em decorrência de fortes reações institucionais dos poderes constituídos. Por fim, parte dos investigadores passaram a ser considerados investigados por réu envolvidos em corrupção, numa inversão de papéis que pretende se analisar no próximo tópico.

4. O FLAGELO DA CORRUPÇÃO

Em interessante estudo sobre o tema publicado na obra “The Republic of beliefs”, Kaushik Basu trata do flagelo da corrupção. Para o autor, a corrupção se liga muito à ideia de crime e punição, pois o autor desse tipo de crime em geral o comete a partir de uma decisão racional, em que avalia muito bem os custos e riscos. De fato, autores de crimes de corrupção em geral têm alto grau de instrução, são sistemáticos e organizados, pre-

param bem seus esquemas criminosos, nunca agindo por impulso, mas sim atuando de forma racional, avaliando minuciosamente as chances de sucesso e de fracasso da empreitada criminosa.

O tema de decisão racional na prática de crimes de elite é objeto de estudo dos autores Neal Shover e Andy Hochstetler na obra *Choosing White-collar Crime* em que os autores defendem que a teoria racional é também aplicada a grande parte dos crimes de rua. Na introdução, os autores mencionam: “choosing White-Collar Crime is a systematic application of rational-choice theory to problems of explaining and controlling white-collar crime.”

Corroborando essa ideia, Jesús María Silva (2004, p. 9-10) sustenta que os autores dos crimes de colarinho branco são sujeitos racionais que avaliam muito bem os riscos e os benefícios da prática criminosa. Assim, esse sujeito, diante de um leque de possibilidades, escolherá aquela que parece ter a melhor relação de custo-benefício, sendo que se a sanção for menos vantajosa que o benefício, o agente tende a optar por não delinquir.

Em outras palavras, os autores dos crimes de corrupção avaliam muito bem as seguintes variáveis:

1. Potencial proveito econômico;
2. Chances de ser descoberto;
3. Chances de ser efetivamente punido.

Para Basu (2018) a corrupção é sempre praticada com a conivência dos aplicadores da lei e para entendê-la é necessário compreender que essas pessoas são humanos como qualquer outro. Nessa linha, o autor propõe uma análise racional da corrupção a partir de uma fórmula que envolve o valor de uma eventual fiança/multa pela prática de um crime e o hipotético valor da propina a ser paga para o policial. Aduz que a corrupção é difícil de ser detectada e propõe a descriminalização do pagamento de propina e manutenção do recebimento de propina como crime, alegando que isso vai facilitar a descoberta de casos.

Na sequência, Basu alega que em muitas sociedades contemporâneas a corrupção é tolerada como uma norma social. Acrescenta que muitos líderes mundiais nada fazem contra a corrupção porque dela muito se beneficiam. De fato, ao escrever interessante obra sobre crime cometidos pelas elites, Edwin Sutherland já alertava sobre “a pouca expressividade da comoção pública contra os crimes do colarinho branco (2015, p. 103)”,

o que para Mattos (2018) gerava uma aceitação social das práticas criminosas:

Na maior parte das vezes, a população não se identifica como real vítima dessa modalidade delitiva, o que acaba produzindo um sentimento de aceitação social e conformismo público acerca dos infinitos processos criminais que apuram crimes financeiros. O mesmo raciocínio vale quando são utilizados expedientes tecnicamente questionáveis para anulação de provas desses processos, sob o argumento de violação aos direitos individuais dos investigados. (...) É possível constatar como a rejeição social da corrupção e de outros crimes de colarinho branco no Brasil é um paradigma cultural ainda recente e em aprimoramento, sobretudo pela invisibilidade imediata dos danos sociais causados pela macrocriminalidade econômica. Prova disso é que, em 2017, pouca ou nenhuma comoção social foi causada pelo fato de que o atual e os dois últimos presidentes da República terem sido denunciados por pertencimento a organizações criminosas especializadas na prática de corrupção e outros crimes de elite.

A interessante ideia sobre a corrupção ensinada por Basu versa sobre o isolamento na luta contra a corrupção. Nessa linha, o autor lembre que o combate a corrupção é extremamente difícil porque se escolher combater a corrupção de todos os partidos, em breve o combate estará isolado:

Suppose now you have the capacity to catch and prosecute corrupt persons. Which corrupt persons will you pick? In the divisive world of politics, if you pick your friends and those in your party and begin to punish them, you will soon be alone and isolated. Your friends and party will desert you, and it is not the case that the opposition will be so appreciative as to become your supporter. Politics does not work that way.

O problema do isolamento no combate contra o crime organizado também era salientado pelo magistrado Giovanni Falcone que afirmou que na luta contra a máfia: “em dado momento alguns políticos ficam isolados no seu próprio contexto. Eles ainda se tornam vulneráveis e se transformam inconscientemente em potenciais vítimas. (...) (Falcone, 2012, p. 190).” Assim, para o magistrado antimáfia na luta contra o crime: “se morre porque se está sozinho ou porque se entrou num jogo grande demais” (Falcone, 2012, p. 190).

Nesse tema, é útil a lição de Carl Schmitt (1996), para quem o con-

ceito do Estado pressupõe o conceito do Político”. Para o autor alemão, o político pode ser definido, a partir da distinção amigo-inimigo, sendo constituído por uma relação de oposição: “toda contraposição religiosa, moral, econômica, étnica ou de outra categoria transforma-se em uma contraposição política quando é forte o suficiente para agrupar os seres humanos efetivamente em amigo e inimigo (Schmitt, 1996).”

Assim, a existência do Estado pressupõe a existência do político, sendo que este depende da dicotomia entre amigo e inimigo, entre nós e eles sendo que: “um mundo no qual a possibilidade de semelhante combate estivesse completamente eliminada e desaparecida, um planeta definitivamente pacificado, seria um mundo sem a distinção entre amigo e inimigo, por conseguinte, um mundo sem política” (Schmitt, 1996).

Dessa forma, a luta contra a corrupção se transforma no combate a todo um sistema corrompido, sendo difícil pensar em quebras de paradigmas com o apoio de instituições que muitas vezes estão cooptadas pelo próprio sistema corrupto. Nesse contexto, as investigações se afastam da seara jurídica para se aproximar da política, passando a ser uma guerra entre “amigo” e “inimigo”, em que a definição de quem é amigo e inimigo é feita pela narrativa do sistema político.

Não há critérios objetivos para definição de inimigo e amigo, sendo que muitas vezes esta distinção é feita de forma subjetiva pelos detentores do poder, conforme a conveniência política e pessoal e momento. Como salienta Mouffe (2000), ao tratar do adversário na democracia, é relevante uma determinação que demarque “um nós e um eles”, o que para Carl Schmitt também se relacionaria às relações de inclusão e exclusão.

Sendo o sistema político o detentor do monopólio da narrativa do quem é bom ou mau, o restante da sociedade que não participa do poder vive num “véu da ignorância”, que conforme Chantal Mouffe, caracterizaria por evitar que os cidadãos conheçam conceitos gerais do bom, tendo em conta que acabam forçados a aceitar as concepções compartilhadas da sociedade (Mouffe, 2000).

A solução da disputa caberá ao Poder Judiciário, materializado pelo Supremo Tribunal Federal, investido de suposta imparcialidade pôr fim as controvérsias investigativas jurídicas envolvendo apuração de corrupção. É atualmente o que acontece no Brasil, no qual qualquer investigação sobre corrupção se transforma em disputas políticas encampadas por

grupos antagônicos, que rapidamente chega à Corte Suprema. Este fato é salientado por Mouffe:

Com a evidente hegemonia do neoliberalismo, a política foi substituída pela ética e pela moralidade, e a necessidade do consenso, de valores familiares e de “boas causas”. Em muitos países, isto tem sido acompanhado pelo domínio crescente do setor jurídico. As decisões políticas são encaradas como se fossem de uma natureza técnica e mais bem resolvidas por juízes ou tecnocratas considerados portadores de uma suposta imparcialidade. Hoje devido à falta de uma esfera política democrática, na qual a confrontação agonística poderia acontecer, é o sistema jurídico que é frequentemente visto como responsável por organizar a coexistência humana e por regular as relações sociais. (MOUFFE, 2003, p. 18)

Por fim, a reação contra apurações de corrupção do sistema político funciona como uma manifestação pura e simples de poder, uma força coercitiva de submissão à vontade da classe dominante. Em estudo sobre o tema, Hanna Arendt discorre sobre violência e poder, sendo este como a possibilidade de fazer com que os outros se submetam a sua vontade. Nesse contexto, a autora traça um relevante levantamento histórico acerca das relações de poder e como as pessoas se submetem à vontade das outras desde a Antiguidade:

Poder, vigor, força, autoridade e violência seriam simples palavras para indicar os meios em função dos quais o homem domina o homem. (...) conservar a autoridade requer respeito pela pessoa ou pelo cargo. O maior inimigo da autoridade é, portanto, o desprezo, e o mais seguro para miná-la é a risada. (...) Quando a autoridade acaba, entra o poder, que pode resultar em violência.

(...)

Onde o poder acabou, as revoluções são possível, mas não necessárias.

(...)

Homens sozinhos, sem outros para apoiá-los, nunca tiveram poder suficiente para usar da violência com sucesso. Assim, em assuntos domésticos, a violência funciona como o último recurso do poder contra criminosos ou re-

beldes- quer dizer, contra indivíduos singulares que, por assim dizer, recusam-se a ser subjugados pelo consenso da maioria. (Arendt, 2019, p. 51-74)

O poder precisa de legitimidade, mas não justificação. A autora ainda fala de alguns regimes autoritários que ficam vários anos no poder porque ninguém questiona as decisões:

Conhecemos vários exemplos em que se permitiu a regimes totalmente impotentes continuar a existir por longos períodos de tempo – tanto porque não houve ninguém para testar o seu vigor e revelar a sua fraqueza, quanto porque eles foram espertos o suficiente para não se engajar em guerra e sofrer derrotas. (Arendt, 2009, 51-74)

O ápice do terror é alcançado quando o Estado policial inicia a devoração de suas próprias crias, quando o executante de ontem se torna a vítima de hoje. E esse é também o momento em que o poder desaparece completamente. (...) Violência aparece quando o poder está em risco, mas se seguir seu curso natural ela acaba com o poder. (Arendt, 2009, 51-74)

Essa tônica é tão aplicada na relação de dominação de Estados e explica bem como se desenvolvem as relações entre os detentores do poder e o restante da população no Brasil. Nesse contexto, a tentativa de ruptura dos paradigmas da corrupção representa uma ameaça a um regime de dominação secular, que deve ser neutralizado com todas as ferramentas disponíveis pelo Estado contaminado pela corrupção sistêmica.

Por isso, é difícil acreditar numa quebra paradigmática da dominação de velhas oligarquias de forma pacífica que, em geral, “não oferecem nenhum problema” (Marcuse, 1998, p. 137). Nessa linha, o combate à corrupção acaba se transformando numa briga política ideológica sobre quem “tem legitimidade para definir o interesse geral da coletividade” (Marcuse, 1998, p. 137).

5. CONCLUSÃO

À guisa de conclusão, verifica-se que em situações em que há uma corrupção generalizada e sistêmica, é extremamente complexo pensar em uma forma de combatê-la de forma efetiva. Isso ocorre por diversas razões

como a dificuldade investigativa, aliada a um sistema processual penal lento e benevolente, até mesmo a falta de vontade política real de enfrentamento dessa modalidade de crimes.

Esses fatos, aliados a uma grande aceitação social da impunidade de pessoas envolvidas em corrupção, produzem um terreno fértil para uma reação institucional política contra investigações de crimes de suborno. Investigações bem-sucedidas de grandes esquemas de corrupção acabam por produzir um efeito inverso paradoxal de dificultar novas apurações futuras pela existência de fortes reações políticas contra responsabilização de agentes políticos envolvidos em prática de propina.

Assim, a distinção entre amigo e inimigo pode ser alocada no combate à corrupção político-institucional promovido pela Operação Lava Jato, sendo que no primeiro momento, o “corrupto” que ocupa o Poder Central é identificado como inimigo e o aparato estatal de responsabilização o “amigo”.

Contudo, à medida que investigações contra corrupção atingem todos os atores da política, há uma tendência a inversão dos papéis, transformando os criminosos em vítima e os investigadores em criminosos, que ficarão isolados e sofrerão fortes reações institucionais contra investigações criminais.

Por fim, as eventuais reações a tentativas de rompimento de um determinado status quo vigente, em que práticas de corrupção são toleradas socialmente, podem ser vista como manifestações fortes de poder, dominação e submissão dos demais cidadãos a um determinado bem comum escolhido por uma elite dominante.

Como diria, o africano Wole Soyinka prêmio Nobel de literatura: “quando você combate a corrupção, a corrupção revida.”

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. RJ: Civilização Brasileira, 2009

BAROSSO, Luis Roberto. **Corrupção e Estado de Direito**: a experiência brasileira. Revista Justiça & Cidadania. Janeiro de 2018.

BASU, Kaushik. **The republic of beliefs: a new approach to law and economics**. Princeton: Princeton University Press, 2018,

BERNAL PULIDO, Carlos. **El principio de proporcionalidad y los derechos fundamentales**. 3. ed. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2007. p. 81-90.

Bittar, E. C. B. (2001). **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito. São Paulo, SP: Saraiva.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, coronelismo, clientelismo**: uma discussão conceitual. DADOS – Revista de Ciências sociais. Rio de Janeiro, v. 40, n° 02, 1997,

FALCONE, Giovanni. **Coisa da Cosa Nostra**. 2012. Editora Rocco, 2012.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed., São Paulo: Globo, 2001.

Ferraz, T. S., Jr. (1996). **Introdução ao Estudo do Direito**: Técnica, Decisão, Dominação (2a ed.). São Paulo, SP: Atlas.

Giacoaia, G. (2002). **Justiça e Dignidade**. Argumenta Journal Law. 2002(2), pp.11-31. Recuperado de <http://seer.uenp.edu.br/index.php/argumenta/article/view/86/86>.

MARCUSE, Herbert. **Ética e revolução**. In: MARCUSE, Herbert. Cultura e sociedade. Tradução de Wolfgang Leo Maar, Isabel Maria Loureiro e Robespierre de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p. 137 a 151.

MATTOS, Diogo Castor. **O amigo do direito penal**: Por que nosso sistema favorece os criminosos de colarinho branco. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

Mouffe, Chantal. **Democracia, cidadania e a questão do pluralismo**. Revista Política e Sociedade n.3, 2003).

MOUFFE, Chantal. **The Democratic Paradox**. London and New York: Verso, 2000.

SCHMITT, Carl. **The concept of the Political**. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996, p. 19-79.

SHOVER, Neal; HOCHSTELLER, Andy. **Choosing White-collar Crime**. Cambridge University Press: 2005.

STILE, Alexander. **Excellent Cadavers: The Mafia and the Death of the First Italian Republic**. 1996

SUTHERLAND, Edwin H. **Crimes de colarinho Branco**: versão sem

cortes.; tradução Clécio Lemos- 1 ed- Rio de Janeiro: Revan, 2015.

SUTHERLAND, Edwin H. **Princípios de criminologia**. Livraria Martins Editora. São Paulo: 1949 [1939].

Touraine, A. (1994). **Crítica da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes.

'Notas de fim'

1 Posteriormente, às vésperas das decisões de 2ª instância de importantes réus da Operação Lava Jato, o mesmo ministro Gilmar Mendes mudou de posição acerca do tema, como a seguir será explicado.

2 Contribuiu com esses dados o procurador da República Rodrigo Telles.

3 Nessa linha, veja a reportagem da Revista Exame de 19/9/2016 disponível no link <https://exame.com/brasil/em-texto-deltan-dallagnol-rebate-criticas-a-lava-jato-leia/>.

4 Art. 1º. Os arts. 3º e 4º da Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação: “Art. 3º No caso do inciso I, somente será considerada para fins de homologação judicial a colaboração premiada se o acusado ou indiciado estiver respondendo em liberdade ao processo ou investigação instaurados em seu desfavor.” (NR) “Art. 4º § 17. Nenhuma denúncia poderá ter como fundamento apenas as declarações de agente colaborador. §18. As menções aos nomes das pessoas que não são parte ou investigadas na persecução penal deverão ser protegidas pela autoridade que colher a colaboração.” (NR) Art. 2º A Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 21-A: “21-A. Constitui crime divulgar o conteúdo dos depoimentos colhidos no âmbito do acordo de colaboração premiada, pendente ou não de homologação judicial. Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.” Art. 3º. Esta lei em vigor na data da sua publicação.

5 § 17. Realizado o acordo de colaboração premiada nos termos desta lei, o investigado ou acusado colaborador deverá fornecer, desde a sua primeira oitiva, todas as informações relevantes de que tenha conhecimento, não podendo alterá-las ou aditá-las posteriormente, sob pena de perder os benefícios previstos no caput deste artigo.

6 Disponível em: <http://www.valor.com.br/legislacao/4671787/lavagem-de-dinheiro-legalizada> acesso em 5/4/2018.

7 Entrevista do Min. Luis Roberto Barroso, Revista Justiça& Cidadania. Dezembro de 2017.

8 https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/26/politica/1498485882_380890.html acesso em 12/11/2020.

9 <https://g1.globo.com/politica/noticia/janot-denuncia-temer-joesley-e-mais-7-ao-stf-por-obstrucao-e-organizacao-criminosa.ghtml> acesso em 12/11/2020.

10 <https://g1.globo.com/politica/noticia/temer-escolhe-raquel-dodge-para-substituir-janot-na-pgr.ghtml> acesso em 12/11/2020.

11 https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/09/17/interna_politica,1085793/raquel-dodge-segura-casos-da-lava-jato-por-ate-21-meses.shtml acesso em 12/11/2020.

- 12 <https://exame.com/brasil/diretor-da-pf-afirma-que-uma-mala-nao-e-prova-de-corrupcao/> acesso em 12/11/2020.
- 13 <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/lava-jato/exclusivo-janot-diz-que-dodge-e-segovia-estao-desacelerando-investigacoes-de-corrupcao,af864b073d-008d1e7f86ec57da5bababjuziu2d0.html> acesso em 12/11/2020.
- 14 <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/lava-jato/exclusivo-janot-diz-que-dodge-e-segovia-estao-desacelerando-investigacoes-de-corrupcao,af864b073d-008d1e7f86ec57da5bababjuziu2d0.html> acesso em 12/11/2020.
- 15 <https://g1.globo.com/politica/noticia/delegados-da-lava-jato-nao-apoiam-fala-de-segovia-sobre-arquivar-inquerito-contratemer.ghtml> acesso em 12/11/2020.
- 16 <https://g1.globo.com/politica/noticia/relator-de-investigacao-sobre-temer-no-stf-intima-segovia-a-explicar-declaracoes.ghtml> acesso em 12/11/2020.
- 17 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2018/08/14/segunda-turma-do-stf-retira-de-segio-moro-mais-trechos-das-delacoes-da-odebrecht-que-citam-o-ex-presidente-lula.ghtml> acesso em 16/11/2020.
- 18 <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/15/stf-censura-sites-e-e-manda-retirar-materia-que-liga-toffoli-a-odebrecht.ghtml> acesso em 16/11/2020.
- 19 <https://www.gazetadopovo.com.br/república/breves/fachin-stf-recurso-de-lula-para-annular-condenacao-no-caso-triplex/> acesso em 17/11/2020.
- 20 <https://www.poder360.com.br/justica/decisao-de-toffoli-torna-combate-a-lavagem-impossivel-diz-diretor-da-ocde-dw/> acesso em 7/8/2020.
- 21 <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/07/28/aras-diz-que-ft-da-lava-jato-em-curitiba-tem-dados-de-38-mil-pessoas.htm> acesso em 16/11/2020.
- 22 <https://paranaportal.uol.com.br/politica/dallagnol-cnmp-senado-calheiros/> acesso em 16/11/2020.

